

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Multa em Libra poderia chegar a US\$ 630 milhões, diz Petrobras.....	2
Título: Conselheiros da Usiminas destitui presidente pela segunda vez	2
Título: Governo pode mudar cálculo de precatórios para reduzir rombo	3
Título: Lava-Jato denuncia cinco ex-diretores da Eletronuclear	5
Título: Notas	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: MP denuncia ex-dirigentes da Eletronuclear de lavagem em Angra.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Petrobrás reduz perda e reforça a base para lucro	8
Título: Estatal pode ser multada em até US\$ 630 mi.....	8
Título: Fundo Abu Dhabi pede indenização à Petrobrás.....	10
Título: Presidente da Usiminas é destituído por Conselho	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Consumo de energia sobe 1,4% no acumulado em 12 meses.....	12
Título: Ex-diretores da Eletronuclear sofrem nova denúncia	13
Título: O Acordo de Paris e o setor elétrico	14
Título: Destaques	16
Título: Conselho da Usiminas faz nova troca de presidente	17
Título: Energisa planeja investir R\$ 1,4 bi em 2017	19
Título: Consórcio de Raízen e BR Distribuidora leva áreas em Santarém	20
Título: Disputa entre transmissoras e eletrointensivos pode custar R\$ 1,5 bi	21
Título: Leniência fracassa e Engevix deve ser declarada inidônea.....	23
Título: Cade pede intervenção no consórcio Gemini.....	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Multa em Libra poderia chegar a US\$ 630 milhões, diz Petrobras**

Punição seria aplicada se estatal descumprir regra de conteúdo local

A Petrobras estima que pode ter de pagar multa de até US\$ 630 milhões, se a Agência Nacional do Petróleo (ANP) não revisar o percentual de conteúdo local exigido na primeira plataforma de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. A estatal é a operadora do consórcio que explora essa área.

Segundo comunicado da petrolífera ontem, o valor se refere à "parcela não atendida do conteúdo local requerido"; audiência pública em abril

O anúncio foi feito um dia após os presidentes da Petrobras, Pedro Parente, e da Shell, André Araujo, defenderem a flexibilização das regras para o contrato da unidade de Libra. O investimento previsto no projeto em cinco anos soma US\$ 5,5 bilhões. O presidente da Shell foi enfático, afirmando que, sem a flexibilização, a plataforma ficaria inviável.

O consórcio, do qual fazem parte, ainda, a Total e as chinesas CNPC e CNOOC, entrou com pedido de waiver (para não cumprir os percentuais de conteúdo local previstos no contrato). A ANP vai realizar uma audiência pública sobre o assunto no próximo mês. ()

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Conselheiros da Usiminas destitui presidente pela segunda vez**

Rômel de Souza é acusado de violar o estatuto. Sergio Leite voltará ao cargo

Em mais uma reviravolta na briga de acionistas da Usiminas, seu presidente Rômel Erwin de Souza foi destituído pelo Conselho de Administração da siderúrgica ontem, como antecipou no site do GLOBO o colunista Lauro Jardim. Rômel era ligado à japonesa Nippon Steel. Para seu lugar foi reeleito Sérgio Leite, ligado à ítalo-argentina Ternium. Os acionistas brigam há mais de dois anos pelo controle da empresa.

Rômel foi afastado por sete votos a quatro, sob a alegação de que teria violado o estatuto da companhia ao assinar, sozinho, memorando de entendimentos com

a japonesa Sumitomo, segundo fonte próxima ao Conselho. Ele recebeu três votos contrários da Nippon e um da Caixa dos Empregados da Usiminas. O estatuto prevê que ao menos dois diretores assinem documentos oficiais da siderúrgica, mas abre exceções "como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a companhia".

NO FOCO, REVISÃO DE CONTRATO

Segundo fonte próxima à diretoria, o memorando foi assinado por Rômelo em maio de 2016, com o objetivo de rever o contrato de fornecimento de 4 milhões de toneladas de minério de ferro por ano da Musa (braço de mineração da Usiminas) para a própria Usiminas. O contrato segue o princípio de take or pay (pegue ou pague), pelo qual a siderúrgica tem o compromisso de pagar pelos 4 milhões de toneladas, mesmo que consuma menos.

Com o fechamento da unidade de Cubatão (SP), no fim de 2015, a Usiminas havia reduzido as compras para o ritmo de 2,5 milhões de toneladas por ano e estava pagando apenas pelo volume consumido, desrespeitando o contrato. O memorando firmado com a Sumitomo visava a rever o volume para baixo e, segundo uma fonte, não era vinculante, o que permitiria a Rômelo assiná-lo sem a presença de outro diretor. Ainda segundo esta fonte, o memorando foi debatido em reunião de diretoria em julho.

Na guerra de versões nos bastidores, o documento teria sido mantido sob sigilo por meses, dando munição para a Ternium voltar a carga contra Rômelo. O executivo assumiu interinamente em setembro de 2014, quando dirigentes ligados ao grupo ítalo-argentino foram afastados por suposto recebimento irregular de bônus.

Insatisfeita com a gestão de Rômelo, em maio de 2016, a Ternium conseguiu destituí-lo e eleger Sérgio Leite, que era vice-presidente comercial da Usiminas. A Nippon questionou a eleição de Leite na Justiça, e Rômelo foi reconduzido à presidência. Ontem, o Conselho voltou a barrá-lo. Procuradas, Nippon, Ternium e Usiminas não se manifestaram.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Martha Beck e Danilo Fariello

Título: Governo pode mudar cálculo de precatórios para reduzir rombo

Recurso destinado a ação judicial não seria contabilizado como despesa

Para tentar reduzir o tamanho do corte nos gastos necessário para cumprir a meta fiscal de 2017, de déficit de R\$ 139 bilhões, a equipe econômica decidiu resgatar uma medida proposta pela equipe da ex-presidente Dilma Rousseff envolvendo o uso de precatórios (obrigações de pagamento dos entes públicos decorrentes de ações judiciais definitivas). A ideia geral é que recursos destinados ao pagamento de precatórios que estejam parados nos bancos há mais de quatro anos não sejam contabilizados como despesas primárias e ajudem na realização da meta.

A medida, apresentada em 2016 pelo então ministro da Fazenda Nelson Barbosa, previa a criação de fundos públicos nos quais o dinheiro ficaria até ser sacado pelos beneficiários. Na época, o governo estimava haver R\$ 12 bilhões em recursos não sacados na Caixa e no Banco do Brasil que poderiam ajudar a reforçar o resultado fiscal de 2016.

DECISÃO DEVE SAIR TERÇA-FEIRA

Com a troca de governo, a ideia foi descartada. No entanto, com a dificuldade em obter receitas para fechar as contas, ela voltou à mesa. E será levada ao presidente Michel Temer junto com propostas de aumentos de impostos e reversão de desonerações. Segundo técnicos da área econômica, a ideia, agora, é um pouco diferente. Uma das possibilidades é que não sejam criados fundos públicos, e os recursos parados voltem para a conta do governo.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem em entrevista ao SBT Brasil que estão na lista de possíveis aumentos de impostos alterações no PIS/Cofins e a reoneração de alguns setores da economia que tiveram incentivos iscais no passado mas que não tiveram o incremento esperado na produção.

Nos bastidores, também estão na mira da equipe econômica para serem elevados o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), possivelmente sobre câmbio. No caso do PIS/Cofins, seria sobre combustíveis. Os técnicos da também estudam aumentar a Cide, mas PIS/Cofins foi considerada melhor opção, porque essa receita não tem de ser partilhada com estados e municípios.

Existe, ainda, a possibilidade de reverter a desoneração da folha de pagamento das empresas, que custa R\$ 18 bilhões aos cofres públicos. Foram feitas simulações de aumentos de vários tributos. O IOF sobre câmbio, por exemplo, daria um reforço adicional de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões à União.

A equipe econômica informou esta semana que o rombo nas contas de 2017 está em R\$ 58,2 bilhões. Mas não haverá um corte nesse valor. Antes de passar a tesoura, o governo quer incluir nos cálculos receitas de decorrentes de decisões

judiciais com concessões e precatórios que podem somar entre R\$ 14 bilhões e R\$ 18 bilhões. Só isso já reduziria o corte para pouco mais de R\$ 40 bilhões.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, explicou ontem que a decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), de revogar a liminar que suspendia a relicitação da hidrelétrica de Jaguará, em posse da Cemig, poderá elevar as receitas deste ano. Assim como a usina, a estatal resiste em permitir a relicitação de outras duas hidrelétricas, que, se leiloadas novamente, podem responder por recursos significativos ao país.

— Existem outras duas hidrelétricas em condições similares que a Advocacia Geral da União (AGU) estará concluindo nos próximos dias se já podemos registrar isso como futura receita — disse Meirelles.

A decisão do STF referiu-se a Jaguará, mas as hidrelétricas de Miranda e São Simão estão em situação jurídica similar. Juntas, as três têm capacidade de gerar cerca de 2,5 mil megawatts (MW). Em 2015, o governo federal arrecadou R\$ 13,8 bilhões com a relicitação de duas usinas prontas de 2,6 mil MW.

O governo chegou a prever mais de R\$ 10 bilhões em arrecadação neste ano com a relicitação de usinas da Cemig, mas a manutenção desses recursos na revisão oficial foi posta em xeque pelas disputas jurídicas.

Meirelles prometeu anunciar na terça-feira o corte de gastos. Porém, o prazo final para a publicação da definição, destacou, é no próximo dia 29. Ele disse que o governo vem prorrogando o anúncio por conta do esforço para evitar elevar impostos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Luiz Messias

Título: Lava-Jato denuncia cinco ex-diretores da Eletronuclear

Crimes de lavagem de dinheiro somam mais de R\$ 2,3 milhões

A força-tarefa da Lava-Jato no Rio denunciou, na última quarta-feira, cinco ex-diretores da Eletronuclear já presos preventivamente em Bangu 8 desde a deflagração da Operação Pripyat, em julho de 2016 — além de dois sócios da VW Refrigeração, por crimes de lavagem de dinheiro que somam mais de R\$ 2,3 milhões.

O Ministério Público Federal (MPF) acusa o grupo de movimentar e dissimular a origem de recursos destinados às obras da usina de Angra 3. Segundo as

investigações, foram usados ao menos 27 saques não identificados e depósitos, entre 2010 e 2016, nas contas dos executivos, que já foram denunciados por corrupção e lavagem.

A nova denúncia, que será analisada pelo juiz da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, Marcelo Bretas, é feita porque o MPF descobriu que o esquema de lavagem entre a empreiteira Andrade Gutierrez e a VW Refrigeração é maior do que tinha sido investigado.

Os denunciados são o ex-superintendente de construção da Eletronuclear José Eduardo Costa Mattos; os ex-diretores Edmo Negrini (Administração e Finanças); Luiz Soares (diretor técnico); Luiz Messias (Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos) e Pérsio José Gomes Jordani (Planejamento, Gestão e Meio Ambiente).

Além deles, foram acusados os empresários Marco Aurélio Barreto e Marco Aurélio Vianna, da VW Refrigeração. Por meio de dados bancários dos gestores da Eletronuclear e da VW Refrigeração, que teria Costa Mattos como “sócio oculto”, o MPF rastreou os repasses de propina para os outros ex-diretores, que variam entre R\$ 706,5 mil (Luiz Soares) e R\$ 446,9 mil ().

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Tô fora Paulo

Caffarelli, presidente do BB, diz que não pretende trocar de emprego e assumir a Vale: “Estou muito bem aqui”.

Aliás...

O novo presidente da mineradora será anunciado semana que vem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor:

Título: MP denuncia ex-dirigentes da Eletronuclear de lavagem em Angra

O Ministério Público Federal no Rio denunciou na tarde desta quinta-feira (23) sete pessoas, das quais cinco ex-dirigentes da Eletronuclear, sob acusação de

crime de lavagem de dinheiro em obras da usina de Angra 3, que ainda está em construção em Angra dos Reis (RJ).

Além dos dirigentes, dois sócios de uma empresa que prestou serviço na obra também foram denunciados pela procuradoria. O grupo é acusado de ocultar R\$ 2,3 milhões.

A investigação faz parte da Operação Pripyat, desdobramento da Lava Jato que apura desvios na Eletronuclear e que levou à prisão o ex-presidente da estatal, o almirante Othon Pinheiro.

Segundo o MPF, o esquema fraudava licitações e lavava dinheiro em contratos entre a Eletronuclear e as empresas Andrade Gutierrez e Engevix para obras na usina de Angra 3.

Os cinco ex-dirigentes da estatal já eram réus e se encontram presos preventivamente. Outros dois sócios da empresa VW Refrigeração também são acusados de participarem do esquema.

De acordo com o MPF, "o esquema de lavagem de dinheiro entre a construtora Andrade Gutierrez e a VW Refrigeração se revelou maior do que tinha sido investigado".

Segundo a denúncia, que ainda não foi aceita ainda pela Justiça Federal, o esquema atendia não só ao ex-superintendente de construção da Eletronuclear, José Eduardo Costa Mattos, mas a outros quatro dirigentes, todos denunciados: ex-diretor de administração e finanças, Edmo Negrini; diretor técnico Luiz Soares; diretor da superintendência de gerenciamento de empreendimentos, Luiz Messias; diretor de planejamento, gestão e meio ambiente, Pêrsio José Gomes Jordani.

Os empresários e sócios da VW Refrigeração, Marco Aurélio Barreto e Marco Aurélio Vianna, também foram denunciados.

A VW Refrigeração teria firmado contratos de prestação de serviços fictícios. O único serviço para o qual a empresa teria sido contratada foi para uma vistoria de centrais de gelo no canteiro de obras da usina. A vistoria teria durado poucos dias, mas o contrato fixara quatro anos de serviços prestados.

Os investigadores identificaram ao menos 27 movimentações bancárias dos diretores para os executivos. A investigação foi feita com base nos dados bancários dos gestores da estatal e da VW Refrigeração.

A Folha ainda não conseguiu contato com as defesas dos citados na reportagem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Petrobrás reduz perda e reforça a base para lucro

Apesar de a Petrobrás ter apresentado prejuízo de R\$ 14,8 bilhões em 2016, o mercado acionário recebeu bem os resultados anuais da empresa. A reação positiva dos investidores é compreensível, uma vez que a estatal não só reduziu substancialmente suas perdas, que foram de R\$ 21,6 bilhões em 2014 e de R\$ 34,8 bilhões em 2015, como apresentou lucro de R\$ 2,5 bilhões no quarto trimestre de 2016. Mais uma vez, a Petrobrás não vai distribuir dividendos aos seus acionistas, mas há perspectiva de que em breve volte a fazê-lo. É amplo o reconhecimento de que, depois do verdadeiro assalto que sofreu com a corrupção nos governos chefiados pelo PT, a empresa tem tomado medidas rigorosas para adequar-se às melhores práticas de gestão, reduzindo despesas financeiras e administrativas, inclusive de pessoal, que caíram 12%.

É significativo que, mesmo tendo cortado seus investimentos em 27%, ajustando-os à realidade, a produção de petróleo pela empresa tenha atingido o recorde histórico de 2,144 milhões de barris/dia ao final de 2016. Já as exportações de óleo em bruto aumentaram 12%. O maior problema da Petrobrás continua sendo o seu endividamento. Graças a um câmbio favorável, sua dívida em reais caiu 20%, ficando em R\$ 314,12 bilhões em 2016. Em dólares, porém, a queda foi muito menor, passando de US\$ 100,4 bilhões em 2015 para US\$ 96,38 bilhões no ano passado, um recuo de apenas 4%. A isso se alia o fato de que a receita (queda de 12%) vem sofrendo os efeitos da baixa cotação do petróleo no mercado internacional.

Isso ressalta a importância da venda de ativos, tendo as operações já concluídas rendido R\$ 13,6 bilhões. Essas receitas devem crescer com a liberação de novas transações pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que estabeleceu regras mais precisas para a venda de ativos. Detentores de ações preferenciais reivindicam direito de voto nas assembleias da estatal, o que, segundo a Lei das Sociedades Anônimas, deve ocorrer quando empresas abertas apresentam prejuízo por três anos consecutivos. A Petrobrás se escuda na Lei do Petróleo para opor-se, alegando que isso poderia afetar o controle da empresa pela União.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia**Autor:** Reuters**Título:** Estatal pode ser multada em até US\$ 630 mi

Por meio de nota, estatal disse que, se não for liberada do conteúdo local em Libra, pode arcar com multa milionária

A Petrobrás prevê que caso não seja liberada de cumprir as cláusulas de conteúdo local na implantação da primeira plataforma comercial de Libra, na Bacia de Santos, e o projeto ainda assim seja implantado, a multa contratual poderia atingir US\$ 630 milhões. A informação foi divulgada ontem pela estatal, por meio de nota. O consórcio detentor dos direitos de exploração de Libra, considerada a área mais promissora do pré-sal, já deu entrada no pedido do chamado “waiver”, para ter a exigência de conteúdo local da plataforma flexibilizada, junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Na quarta-feira, o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, e o presidente da anglo-holandesa Shell, André Araújo, afirmaram em um evento do setor, no Rio de Janeiro, que uma negativa da agência reguladora poderia colocar em risco o projeto. No evento, o gerente executivo de Libra da estatal, Fernando Borges, afirmou que se as regras de conteúdo local não fossem flexibilizadas, a multa a ser paga poderia ser de pelo menos US\$ 500 milhões. A primeira plataforma comercial de Libra está prevista para entrar em operação em 2020 e o pedido de waiver está previsto no contrato da área, caso seja constatado que tais percentuais levam a prazos e preços excessivos.

“O consórcio estima que, comparando-se o nível de conteúdo local requerido no contrato e o que o mesmo considera factível, caso a ANP decida por não conceder o waiver e o projeto ainda assim seja implantado, o valor da multa contratual pela parcela não atendida do conteúdo local requerido poderia atingir US\$ 630 milhões”, afirmou a estatal no texto. Contratos. Segundo a empresa, desde 2015, a Petrobrás e seus sócios têm realizado licitações com diferentes níveis de conteúdo local, com o objetivo de obter propostas competitivas, alinhadas às métricas internacionais, e auxiliar a ANP quanto à discussão sobre o nível factível de conteúdo local dos itens.

A flexibilização do contrato, entretanto, enfrenta oposição do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), que conseguiu suspender a licitação da plataforma em janeiro, com uma ação na Justiça, mas que foi revertida neste mês. Ainda no comunicado, a Petrobrás disse que o consórcio está empenhando todos os esforços para viabilizar a implantação do projeto Piloto de Libra, com o maior conteúdo local possível a prazos, preços e qualidade competitivos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Josette Goulart****Título: Fundo Abu Dhabi pede indenização à Petrobrás**

Processo em Nova York pede compensação por perdas em ações e bônus; petroleira fez provisão de R\$ 1,2 bi para acordos fechados em 2016

O multibilionário fundo soberano dos Emirados Árabes, o Abu Dhabi Investment Authority (ADIA), entrou com um processo contra a Petrobrás na corte Sudeste de Nova York pedindo indenização pela desvalorização de ações e bônus da companhia de petróleo em função dos casos de corrupção apurados nos últimos anos. O fundo engrossa a lista de grandes investidores que estão pedindo ressarcimento à empresa, alegando que ela mentiu e omitiu em seus balanços os verdadeiros resultados e receitas, contaminados pelos pagamentos de propinas que vieram à tona com a Operação Lava Jato. A Petrobrás já fechou 19 acordos individuais para indenizar investidores. De acordo com o balanço da companhia divulgado nesta semana, foi feita uma provisão de R\$ 1,2 bilhão para pagamento dos acordos já firmados. Foram 15 no ano passado e os últimos quatro fechados em fevereiro deste ano. Mas a empresa informa que não é capaz de fazer uma previsão sobre outros casos em curso.

Apesar da importância e do tamanho de diversos fundos que entraram com pedido de indenização contra a empresa, como a gestora Pimco, o fundo Abu Dhabi é um dos maiores investidores da companhia, segundo fontes. E um dos maiores do mundo. Seu patrimônio ultrapassa US\$ 750 bilhões. Não há dados públicos sobre a posição do fundo na companhia, mas a estimativa de fontes é de que o pedido de indenização poderia girar em torno de US\$ 1 bilhão. O número, porém, não foi confirmado, já que os advogados que defendem o fundo, do escritório americano Robbins, Geller, Rudman e Dowd LLP, não retornaram os pedidos de entrevista e a Petrobrás também não comentou o assunto. No processo judicial, os advogados apresentam diversos casos de corrupção que foram apurados até agora na Petrobrás.

O valor de desvios apontados seria de US\$ 800 milhões, sobre contratos de US\$ 81 bilhões. A alegação é de que a empresa já tinha conhecimento dos fatos quando lançou bônus em 2013 e 2014 e também quando reportou seus resultados naqueles anos. Além das ações individuais, a empresa também responde a uma ação coletiva de investidores que compraram as ações negociadas na bolsa de Nova York (ADRs). A empresa informa em seu balanço que esta ação consolidada e também algumas ações individuais ainda estão em tramitação.

“Essas ações envolvem questões complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, cronograma definido pela corte, tempo das decisões, obtenção de provas em poder de terceiros ou oponentes, análises de peritos e a possibilidade de as partes, de boa-fé, negociarem um potencial acordo”, diz a empresa. “As incertezas inerentes a todas estas questões afetam o montante e o tempo da decisão final e a companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da potencial perda na Ação Coletiva Consolidada e nas ações individuais para as quais não foi reconhecida provisão.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Mônica Scaramuzzo / Fernando Scheller / Fernanda Guimarães

Título: Presidente da Usiminas é destituído por Conselho

Disputa. É a 2ª vez, em menos de um ano, que o colegiado da siderúrgica mineira vota pela saída de Rômelo de Souza, substituído por Sérgio Leite, vice-presidente comercial da companhia; Nippon e Ternium, sócios controladores, travam disputa desde 2014

Os conselheiros da Usiminas destituíram ontem o atual presidente da Usiminas, Rômelo de Souza. Essa é a segunda vez, em menos de um ano, que o conselho da siderúrgica mineira vota pela saída do executivo. Sérgio Leite, vice-presidente comercial da companhia, retomou o cargo, após a votação do colegiado. A Nippon, sócia da Usiminas, deverá contestar na Justiça a decisão, segundo fontes. Souza é o nome de confiança da Nippon, que enfrenta desde setembro de 2014 uma queda de braço com seu sócio ítalo-argentino Ternium/Techint. A decisão pela saída de Souza já circulava nos últimos dias. A Nippon entrou quarta-feira com um pedido de liminar para tentar derrubar a decisão de ontem, mas teve seu pedido negado, ainda de acordo com as mesmas fontes. Procurada, a Nippon não retornou os pedidos de entrevista.

Em reunião ontem, realizada no prédio da Usiminas em São Paulo, sete representantes do conselho votaram pela destituição do executivo e quatro contra. A favor da saída de Souza votaram os três representantes da Ternium, o representante dos funcionários, o representante do BTG Pactual e os dois conselheiros independentes indicados pela CSN, de Benjamin Steinbruch. Se posicionaram contra os três nomes da Nippon e a representante da Caixa dos Funcionários. A reunião extraordinária teve duração de mais de quatro horas. Violação. Fontes ouvidas pelo Estado afirmaram que boa parte dos conselheiros teria decidido pelo afastamento do executivo por conta de uma violação de artigo do estatuto da empresa. Souza teria assinado um memorando de entendimento

para a compra de minério com a grupo japonês Sumitomo, que é sócio da Mineração Usiminas (Musa).

A siderúrgica mineira tem 70% do capital da Musa. “Souza não poderia ter assinado um contrato dessa ordem sem ter consultado o conselho”, disse uma fonte que participou da reunião. A permanência de Souza na presidência executiva da Usiminas é motivo de discussão desde o ano passado. Em abril, Sérgio Leite, vice-presidente comercial da companhia, foi eleito presidente do grupo em reunião de conselho. No entanto, a Nippon conseguiu em outubro passado tirar Leite do posto e reconduzir Souza ao comando da companhia. À época, a Justiça de Minas Gerais ao decidir pelo retorno de Rômelo de Souza à presidência da Usiminas argumentou que havia falta de motivação pela destituição, mas que agora o executivo quebrou seu dever fiduciário. Procurada, a Ternium não comenta o assunto. Em nota, a Usiminas confirmou que seu conselho de administração, por maioria, aprovou a destituição de Rômelo Erwin de Souza dos cargos de diretor-presidente e diretor vice-presidente de tecnologia e qualidade.

Em fato relevante à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa também confirmou que o colegiado aprovou, também por maioria dos votos, a eleição de Sergio Leite de Andrade para as posições anteriormente ocupadas por Souza. Leite também continuará como diretor vice-presidente comercial. Reestruturação. Em dificuldade financeira por conta de altas dívidas, a Usiminas correu o risco de entrar com pedido de recuperação judicial. Ao longo do ano passado, renegociou o alongamento de suas dívidas com bancos. A companhia também contratou assessoria financeira para vender ativos que não são considerados estratégicos. Fontes afirmaram ao Estado que as discussões sobre uma possível cisão da Usiminas está descartada. Havia expectativa de que a Nippon ficaria com a unidade de Ipatinga (MG) e a Ternium com a fábrica de Cubatão. A divisão dos negócios era uma das alternativas para se colocar um ponto final na briga entre os sócios. De acordo com pessoas familiarizadas com o assunto, não há sinalização de uma trégua entre os dois grupos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Consumo de energia sobe 1,4% no acumulado em 12 meses

O consumo de energia no sistema interligado nacional (SIN) totalizou 69.771 megawatts (MW) médios em fevereiro, com alta de 2,2% em relação a igual período do ano passado, de acordo com dados divulgados ontem pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Ante janeiro, o crescimento foi de 2,3%. No acumulado em 12 meses até fevereiro em relação a igual período anterior, a

variação foi positiva em 1,4%. Os principais motivos para a elevação do consumo em fevereiro foram a ocorrência de elevadas temperaturas no mês este ano em relação a fevereiro de 2016, além de uma ligeira recuperação da carga do setor industrial.

"Com a melhoria da confiança da indústria, em resposta à desaceleração das taxas negativas apresentadas por alguns indicadores, como a melhoria da credibilidade da política econômica e elevação dos preços das commodities, já se observa, ainda que tímidos, efeitos positivos na carga de energia", informou boletim sobre o consumo divulgado pelo ONS. O melhor resultado, na comparação entre fevereiro deste ano e igual período de 2016, foi observado no subsistema Sul, onde houve alta de 4,5%, para 12.714 MW médios. No Nordeste, na mesma comparação, a alta observada foi de 3,3%, para 10.697 MW médios. O salto também foi motivado, segundo o operador, pela ocorrência de temperaturas médias superiores às ocorridas em igual mês de 2015. Com relação ao submercado Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, o crescimento do consumo foi de 1,7%. Segundo o ONS, além da ocorrência de temperaturas elevadas, contribui para o resultado a "ligeira melhora de indicadores econômicos como a produção industrial, cuja carga representa cerca de 35% desse subsistema". O Norte foi a única região onde foi observada queda do consumo em fevereiro deste ano, em relação a igual período do ano passado, de 0,2%. Segundo o ONS, houve redução da carga de alguns consumidores livres durante parte do mês.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Cláudia Schüffner e Alessandra Saraiva

Título: Ex-diretores da Eletronuclear sofrem nova denúncia

O Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MPF-RJ) ofereceu nova denúncia ontem contra quatro ex-dirigentes da Eletronuclear, já presos preventivamente no Complexo Penitenciário de Bangu, pelos crimes de lavagem de dinheiro. Também foram denunciados dois sócios da VW Refrigeração por crimes de lavagem de dinheiro, somando R\$ 2,3 milhões. Segundo o MPF, Marco Aurélio Barreto Pereira Leite e Marco Aurélio Vianna Pereira Leite, da VW Refrigeração, assinaram contratos de fachada com a Andrade Gutierrez que tinham como objetivo o repasse de dinheiro em espécie para Edno Negrini (ex-diretor de Administração e Finanças da Eletronuclear), Pérsio Jordani (ex-diretor de Planejamento), Luiz Soares (diretor técnico) e Luiz Messias (superintendente de gerenciamento).

Os executivos já tinham sido denunciados por corrupção passiva e agora os quatro se juntam a José Eduardo Costa Mattos, ex-superintendente de

construção, denunciados também por lavagem. As investigações ocorreram no âmbito da Operação Pripyat, desdobramento da Operação Lava-Jato, no Rio de Janeiro. A força tarefa da Lava-Jato no Rio acusa os denunciados de movimentarem e dissimularem a origem de recursos destinados às obras da usina de Angra 3. José Augusto Vagos, procurador regional da República no Rio de Janeiro, explicou que foi possível chegar aos quatro funcionários devido a um que ele considerou um trabalho de análise pericial metucioso das contas da VW Refrigeração, feito pela Secretaria de Pesquisa e Análise da Procuradoria-Geral da República. Por isso foi possível identificar pelo menos 27 saques e depósitos entre 2010 e 2016 nas contas dos executivos. No período compreendido entre os anos de 2008 e 2014, afirma o MPF, "os então presidente, diretores e superintendentes da estatal, de modo consciente e voluntário, aceitaram promessa e receberam vantagem indevida em razão do exercício de cargos de direção e superintendência que ocupavam na estatal, ofertados por ação de executivos da Andrade Gutierrez, para praticar, deixar de praticar e retardar atos de ofício, com infração de deveres funcionais, em benefício da construtora". A suspeita é de que Costa Mattos seria sócio oculto da VW Refrigeração. Foram rastreados os repasses de propina para os outros ex-diretores, que variam entre R\$ 706,5 mil (Luiz Soares) e R\$ 446,9 mil (Luiz Messias). Nestes casos, o MPF encontrou correspondência entre operações de pagamento e os saques das contas da VW Refrigeração, cujo único serviço prestado à Eletronuclear foi uma vistoria que teria durado poucos dias apesar de o contrato fictício prever o serviço por mais de quatro anos. A denúncia foi apresentada ao juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, que condenou o ex-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, a 43 anos de prisão. Ontem tomou posse no Rio o novo superintendente regional da Polícia Federal (PF), Jairo Souza da Silva. A cerimônia lotou o auditório do prédio na praça Mauá, com a presença dos ministros Marco Aurélio Belize e Antônio Saldanha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e do diretor geral da PF, Leandro Daiello. Nenhum deles deu entrevista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales

Título: O Acordo de Paris e o setor elétrico

O Acordo de Paris, firmado em 2015 por 196 países, é hoje o principal instrumento de cooperação internacional focado na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e na adaptação às mudanças climáticas globais. Cada país signatário oficializou sua adesão por meio da publicação de suas "Contribuições Pretendidas Determinadas Nacionalmente" (CPDNs, tradução para "iNDCs - Intended Nationally Determined Contributions"), nome dado ao conjunto de metas aderentes aos objetivos do acordo. O compromisso geral

assumido pelo Brasil prevê redução de 37% nas suas emissões até 2025, tomando como base 2005. Em relação ao setor elétrico, as CPDNs preveem, entre outros pontos, o aumento da participação de fontes renováveis, diferentes da hídrica, na geração. No entanto, o incremento da geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis e a redução relativa da participação da fonte hídrica na matriz elétrica é um fenômeno anterior às CPDNs, e que já vem sendo observado há mais de 10 anos.

A crescente necessidade de despacho de termelétricas para complementar a variabilidade da geração de fontes renováveis e o consequente aumento do fator de emissão de CO₂ do setor elétrico são efeitos diretos deste processo. Apesar desta conjuntura, o setor elétrico brasileiro é, atualmente, responsável por uma parcela inferior a 10% das emissões totais de CO₂ do Brasil. O recém-publicado estudo "O Setor Elétrico Brasileiro no contexto das mudanças climáticas e do Acordo De Paris" (disponível em "<http://www.acendebrasil.com.br/estudos>" www.acendebrasil.com.br/estudos) discute os desafios que deverão ser enfrentados para que a redução de emissões seja materializada compatibilizando três grandes objetivos: 1- incremento de fontes renováveis na matriz de geração; 2- atendimento aos critérios de segurança de fornecimento no médio e longo prazo; e 3- manutenção do já atualmente baixo nível de emissão de GEEs do setor elétrico quando comparado ao de outros países. A análise das contribuições para redução de emissões relacionadas à geração de energia elétrica assumidas pelo Brasil em Paris indica que as propostas endossam, mesmo que de forma indireta ou implícita, a tendência recente de redução da participação de hidrelétricas na matriz elétrica brasileira. Porém, esta opção vem acarretando modificações estruturais significativas. Contribuição do setor para redução das emissões tende a ser muito menor do que a desejada. Isso ocorre porque, apesar de o país contar com relevante capacidade instalada em hidrelétricas com reservatórios, a relação entre a energia potencialmente armazenada por essas usinas e a carga demandada pelo sistema vem caindo nos últimos anos. Se o sistema elétrico necessita, cada vez mais, de flexibilidade de despacho para complementar a inserção de fontes de geração variável, a diminuição relativa da capacidade de armazenamento de energia em reservatórios deve ser compensada pelo aumento da capacidade de outro tipo de fonte que atenda a esses requisitos de flexibilidade operacional. Portanto, à medida que a participação de fontes de geração variável na matriz de geração de eletricidade se expande, cresce a necessidade de inserção de fontes que possam ser despachadas sob demanda com o objetivo de "firmar" a geração variável. Todas as fontes de energia com as quais se pode contar no Brasil - e que nos dão vantagem competitiva aportam atributos relevantes para a matriz elétrica e devem ser valorizadas por suas contribuições do ponto de vista de operação do sistema. Como exemplo, no dia 11 de outubro de 2016 a geração eólica respondeu por 48% da carga média diária do subsistema Nordeste. Essa diversidade de fontes foi essencial para atender ao consumidor nordestino em um momento de vazões naturais muito abaixo das

médias históricas e de níveis de armazenamento reduzidos nos reservatórios hidrelétricos. Nas palavras do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), "esta situação extremamente desfavorável só não se transformou em uma ameaça para o abastecimento energético porque a região Nordeste passou por uma mudança em seu perfil de geração nos últimos anos, com a instalação de usinas termelétricas e parques geradores eólicos". Portanto, todas as fontes de eletricidade são importantes, mas sua inserção na matriz precisa ser planejada de forma a otimizar seus diferentes atributos. Feitas as ressalvas acima, e considerando que o aumento de fontes de geração variável (com baixa emissão de GEEs) requer aumento de fontes despacháveis sob demanda (que emitem GEEs por envolverem termelétricas movidas a combustíveis fósseis), a contribuição do setor elétrico para redução das emissões tende a ser muito menor do que a desejada. Consequentemente, a redução líquida das emissões de GEEs do Brasil deverá ser cumprida predominantemente a partir de ações concentradas em outros setores da economia. Além disso, a participação da geração de eletricidade nas emissões de GEEs do Brasil indica que o setor elétrico possui relevância limitada para a diminuição de emissões do país. Apenas para ilustrar tal limitação, caso fossem zeradas as emissões do setor elétrico, interrompendo-se integralmente a geração de todas as usinas termelétricas nacionais, que têm sido essenciais para a operação do sistema brasileiro, haveria uma redução de menos de 10% das emissões de CO₂ no país. Atividades como transporte, agricultura, uso da terra e indústria, diante da intensidade de carbono que apresentam, são aquelas com maior potencial de contribuição para o alcance da meta de redução de emissões de GEEs. Esta flexibilidade é possível devido ao fato de que a meta de redução de emissões não está vinculada a setores específicos da economia. Apesar da tendência de baixa contribuição do setor elétrico para redução das emissões, a inserção de fontes renováveis deve ser mantida na lista de prioridades nacionais. Além disso, as baixas emissões do setor elétrico frente a outros setores econômicos não eximem o setor de sua responsabilidade na formulação de políticas climáticas nacionais.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil

"<http://www.acendebrasil.com.br>" . www.acendebrasil.com.br /

"<http://www.acendebrasil.com.br>"

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Eletropaulo e GWI

A distribuidora de energia Eletropaulo informou que fundos de investimentos da gestora de recursos GWI indicaram para os cargos de conselheiras fiscais Ana Maria Loureiro Recart, como efetiva, e Karen Sanchez Guimarães, como suplente. A eleição será realizada em assembleia geral ordinária, prevista para 20 de abril. Ana Maria é presidente-executiva da GWI Real Estate, desde 2011, e membro do conselho de administração da Hana Financial desde 2015. A executiva foi membro do conselho fiscal da Saraiva, de maio a julho de 2016, quando foi destituída, em meio a disputa societária entre a GWI, gestora do investidor Mu Hak You, e os controladores da Saraiva. Karen é gerente jurídica do GWI Group desde 2013.

Lucro da CPFL

A CPFL Energia apurou lucro líquido de R\$ 137 milhões no quarto trimestre do ano passado, queda de 62,2% ante o mesmo intervalo de 2015, em decorrência do aumento nas despesas operacionais. No ano inteiro, o lucro líquido foi de R\$ 879 milhões, leve alta de 0,4% na comparação com 2015. O resultado teve a ajuda dos menores custos com compra de energia, que recuaram 15,9% no período. A receita operacional líquida da companhia caiu 7,2% no quarto trimestre, para R\$ 19,1 bilhões. No ano passado, as vendas da CPFL em sua área de concessão caíram 1%, para 56.987 gigawatts-hora (GWh). No mercado cativo, a baixa foi de 1,1%, para 41.277 GWh. No mercado livre, houve queda de 0,8%, para 15.710 GWh. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) caiu 0,4% no ano fechado de 2016, para R\$ 4,1 bilhões. Das vendas da companhia no mercado cativo, excluindo a RGE Sul (antiga AES Sul, que foi comprada pela CPFL em 2016), o segmento industrial teve a maior queda no consumo de energia, de 13,5%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Ivo Ribeiro

Título: Conselho da Usiminas faz nova troca de presidente

Pela terceira vez em menos de um ano, a Usiminas tem mudança na presidência executiva mais uma vez. Reunião do conselho de administração da companhia realizada ontem decidiu, por 7 votos a 4, pela deposição de Rômelo de Souza e pela eleição de Sergio Leite ao cargo. Foi a mesma troca realizada em 25 de maio de 2016, também pelo colegiado. Conforme antecipou o Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, Leite vai acumular as funções de presidente e de vice da área comercial, cargo que ocupava até então.

Na reunião do conselho, os membros ligados à Ternium / Techint - integrante do bloco de controle -, empregados, minoritários e à Companhia Siderúrgica

Nacional (CSN) votaram pela destituição de Souza. Já os de Nippon Steel & Sumitomo Metal e Previdência Usiminas - outros dois controladores - foram contrários. De acordo com fontes, parecer jurídico já foi preparado pela Nippon Steel para questionar a decisão do colegiado na Justiça. O grupo japonês tentou na quarta-feira liminar prévia para impedir a saída de Souza na 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte, mas ela foi negada. O entendimento foi de que não seria possível prever como os conselheiros votariam. Procuradas, Nippon Steel e Ternium não quiseram se manifestar. A motivação da troca de comando foi um memorando de entendimento assinado por Souza com a japonesa Sumitomo Corporation e a Mineração Usiminas (Musa) sem a anuência do conselho ou a presença de outro diretor. A acusação dos favoráveis a sua saída foi de que isso fere os artigos 13, alínea j, e 22, "caput" e parágrafo primeiro do estatuto social da empresa.

O artigo 13 dá ao conselho de administração competência para aprovar alienações ou compras de bens, empréstimos ou financiamentos e a assinatura de "outros compromissos financeiros, outorga de garantias e celebração de quaisquer contratos". O adendo é de que isso caberia aos conselheiros sempre que o valor superar R\$ 50 milhões. No caso do artigo 22, esses eventos, que precisariam da anuência do colegiado, também necessitam da representação de no mínimo dois diretores, um diretor e um procurador ou dois procuradores. No parágrafo segundo, faz a ressalva de que valores acima de 0,5% do capital social necessitam também da assinatura do presidente. A defesa alega que não há caráter vinculante no memorando de entendimento da Musa. Souza se comprometeu a discutir de boa-fé uma alternativa ao contrato de fornecimento de 4 milhões de toneladas de minério de ferro por ano à siderúrgica. Como as áreas primárias da unidade de Cubatão (SP) foram fechadas, a Usiminas precisou de menos: entre 2 milhões de toneladas e 2,5 milhões de toneladas. O memorando diz que a Usiminas se compromete a cobrir o valor necessário para que a Musa tenha margem Ebitda equivalente ao que registraria caso vendesse os 4 milhões de toneladas da matéria-prima. Mas, textualmente, "apenas expressa uma intenção atual e entendimentos das partes e não deve constituir ou criar qualquer obrigação legal", isso a menos que "as partes entrem em acordo definitivo", conforme expresso no documento. De acordo com uma fonte, as negociações com a Musa ainda estão em curso. Apenas quando os termos fossem definitivos é que se poderia assinar um contrato. Esse contrato, então, seria levado à apreciação do conselho. Por aí será a linha de defesa da Nippon na Justiça e no órgão regulador das empresas abertas, a CVM. A reação do mercado a todo o processo foi negativa. Na BM&Fbovespa, as ações preferenciais classe A da Usiminas, integrantes do Ibovespa, fecharam o pregão de ontem em queda de 1,19%, a R\$ 4,15. Mas na mínima do dia, chegaram a valer R\$ 4,07 - um recuo de 2,4%. A convocatória da reunião foi pedida por Francisco Costa e Silva, conselheiro que representa o banco BTG Pactual. Ele teve o apoio de Luiz Carlos de Miranda, representante dos empregados e o pedido foi acolhido por Elias

Brito, presidente do conselho e nomeado por Ternium/Techint. Votaram a favor da destituição de Souza e pela eleição de Sergio Leite, pela Ternium, Oscar Montero, Guilherme Poggiali e Brito; Costa e Silva, Miranda e Gesner de Oliveira Filho e Ricardo Weiss, nomeados pelo Cade com indicação da CSN - maior acionista da Usiminas fora do bloco de controle e também maior concorrente. Já contrários à decisão foram Yoichi Furuta, Nobuhiko Takamatsu e Wanderley Rezende de Souza, pelo grupo japonês, e Rita Rebelo Fonseca, da Previdência Usiminas. Desde setembro de 2014, quando houve o afastamento do então presidente, Julián Eguren, as decisões sobre a gestão da Usiminas tem acabado na Justiça, nas mãos de juízes e desembargadores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Energisa planeja investir R\$ 1,4 bi em 2017

O grupo Energisa prevê investir R\$ 1,4 bilhão em 2017, valor 12,5% inferior ao desembolsado no ano passado. Segundo o presidente da companhia, Ricardo Botelho, porém, o montante previsto para este ano está em linha com a média anual de investimentos feita nos últimos três anos. Entre 2014 e 2016, o grupo desembolsou R\$ 4,5 bilhões. Dos investimentos previstos para este ano, quase a totalidade (R\$ 1,38 bilhão) será destinada às 13 distribuidoras do grupo em todas as regiões do país, com foco no atendimento de novos clientes e expansão das redes elétricas, manutenção e substituição de ativos elétricos, melhoria da qualidade do serviço e combate ao furto de energia.

Um ponto positivo para os investimentos é a redução do endividamento do grupo, cuja dívida líquida recuou 3,2% em 2016, em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 6 bilhões. A relação dívida líquida por Ebitda também melhorou nos últimos 12 meses terminados em dezembro de 2016, passando de 3,2 vezes para 2,9 vezes, um número "saudável", na avaliação do executivo. "Nós temos a nossa política financeira estabelecida pelo conselho. Devemos mirar ficar abaixo de três vezes. Nossa política diz que podemos superar três ou três e meio, em momento de aquisição [de empresas], isso é normal, uma vez que haja um plano para recuperar e trazer isso para abaixo de três vezes", explicou Maurício Botelho, diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Energisa. Apesar da redução da alavancagem, a Energisa sinaliza que não deve ir às compras em 2017. O objetivo da companhia continuará sendo a recuperação das distribuidoras adquiridas do grupo Rede, em 2014. Entre elas, demandarão mais atenção as distribuidoras de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que passarão pelo processo de revisão tarifária neste ano. "Temos coisas a fazer. Temos um plano. Colocamos para o mercado, quando adquirimos [as distribuidoras do Rede], que ele [o plano] iria até 2017 e meados de 2018. O ano de 2017 é para preparar a base [de

remuneração de ativos, para a revisão tarifária] das duas maiores empresas que nós temos: em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Será um ano intenso", disse Ricardo Botelho. Ele destacou que a distribuidora de Mato Grosso teve a melhor evolução no ranking de qualidade do serviço da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no ano passado, pulando do 24º lugar em 2015 para a oitava posição em 2016, entre as empresas com mercado acima de 400 mil clientes. Com relação ao resultado do ano passado, o lucro da Energisa recuou 44,3%, para R\$ 195,8 milhões, ante o número de 2015. O presidente da companhia ressaltou, porém, que o resultado de 2015 foi impactado por ganhos com a venda de ativos de geração, enquanto o de 2016 foi afetado por efeitos não-recorrentes, como a sobrecontratação de energia. Em 2016, o consumo de energia nas áreas de concessão do grupo foi de 28,5 gigawatts-hora (GWh), um recuo de 1,6% ante 2015, a primeira queda em 15 anos. Para 2017, os executivos não divulgaram projeções, mas destacaram que, em janeiro, o consumo aumentou 4,1%, ante o primeiro mês de 2016. Nessa comparação, o consumo médio do país cresceu 2,8%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Victória Mantoan e Fernanda Pires

Título: Consórcio de Raízen e BR Distribuidora leva áreas em Santarém

Gabardo, diretor da Raízen, diz que o consórcio vai bancar a outorga e os investimentos com recursos dos sócios.

As duas áreas do porto organizado de Santarém, no Pará, leiloadas ontem, foram arrematadas por valores considerados satisfatórios pelo governo. O vencedor das áreas STM04 e STM05 foi o consórcio Porto Santarém, formado pela Petróleo Sabbá, joint venture da Raízen (80%) e da IB Sabba (20%), e a BR Distribuidora, com 60% e 40%, respectivamente. Os terminais são destinados à movimentação e armazenagem de grãos líquidos. O STM04 foi arrematado por R\$ 18,2 milhões, após uma disputa acirrada no viva-voz com a Distribuidora Equador e Aba Infraestrutura e Logística. As propostas tinham de ser superiores a R\$ 1,00. A Distribuidora Equador é a atual operadora do lote.

Para o lote STM05, que a Petróleo Sabbá já opera, o consórcio formado com a BR Distribuidora foi o único a fazer proposta. Apesar disso, a proposta feita, de R\$ 50 milhões, representa um ágio de 231% sobre o valor mínimo de oferta fixado, de R\$ 15,085 milhões. A Porto Santarém precisará desembolsar um total de R\$ 68,2 milhões em outorga pelos lotes - 25% será pago na assinatura do contrato e o restante em quatro parcelas. Nem tudo, porém, irá para o poder público, e uma parte desse montante será revertida para a própria Petróleo Sabbá, uma vez que o valor mínimo fixado para o STM05 diz respeito justamente

a uma indenização devida ao atual operador. O investimento total nas duas áreas é de R\$ 29,8 milhões, recurso que será destinado à ampliação dos tanques de armazenamento, atendimento e requisitos de segurança e prestação de serviço adequado. O consórcio vai bancar com recursos dos sócios tanto o pagamento de outorga quanto os investimentos. A princípio, não deve haver financiamento para cumprimento dos compromissos assumidos com os novos contratos, segundo Nilton Gabardo, diretor de infraestrutura e novos negócios da Raízen, controladora da Petróleo Sabbá. O certame contou com a presença do ministro dos Transportes, Maurício Quintella, que considerou o leilão "extremamente bem-sucedido", lembrando que ficou dentro das expectativas tanto do governo quanto de especialistas. "Isso reflete o esforço do governo de tentar dialogar com o setor privado", disse. Na esteira de bons resultados, Quintella espera que o próximo leilão portuário conte com um valor de outorga "igual ou maior" que o ofertado para os terminais de Santarém. No dia 20 de abril, será licitada uma área para movimentação de trigo no porto do Rio, na sede da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em Brasília. Vence quem der o maior valor de outorga, também não inferior a R\$ 1,00. Além disso, os próximos editais de portos devem sair ainda este ano: de duas áreas no porto de Paranaguá (PR), uma para celulose e outra para veículos, e a terceira no porto do Itaqui (MA), para celulose. As audiências públicas já ocorreram e agora será feita análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O arrendamento dos lotes ainda representa a resolução de uma insegurança: nas duas áreas, os contratos estavam vencidos e as empresas operavam por meio de expedientes temporários. "É algo com que a Antaq se preocupava muito", disse o diretor-geral da agência, Adalberto Tokarski. Além disso, ele destacou que a licitação sana uma preocupação em relação ao abastecimento da região. Tokarski chama a atenção para o fato de que os terminais que foram a leilão ontem atendem não apenas as imediações de Santarém, mas uma parcela importante do Estado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Disputa entre transmissoras e eletrointensivos pode custar R\$ 1,5 bi

Uma disputa judicial entre as transmissoras de energia e as grandes companhias eletrointensivas pode resultar numa conta de R\$ 1,5 bilhão que poderá ser arcada pelos consumidores. A Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia, está liderando uma ação judicial contra o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pedindo uma liminar para não pagar as indenizações dos ativos antigos de transmissão que não foram amortizados.

O MME e a Aneel têm até hoje para se pronunciarem no processo. Será apenas depois disso que a Justiça vai decidir se concede ou não a liminar aos consumidores. As indenizações se referem aos ativos de transmissão anteriores a maio de 2000 que tiveram as concessões renovadas antecipadamente nos termos da Medida Provisória (MP) 579, convertida na Lei 12.783, que instituiu o regime de cotas de garantia física e potência, com foco na modicidade tarifária. O problema é que o montante das indenizações, de R\$ 62,2 bilhões, será cobrado de todos os consumidores de energia por meio da tarifa, e repassado às transmissoras ao longo de oito anos, a partir de julho. Os autores da ação, que incluem também a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro) e a Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico (Abrate) argumentam que as indenizações deveriam ser pagas pela União, e não via tarifa. Dos cerca de R\$ 62 bilhões que serão pagos - dos quais mais da metade se refere à atualização dos valores históricos -, os grandes consumidores irão arcar com cerca de R\$ 12 bilhões. Apenas nesse primeiro ciclo tarifário, o efeito da cobrança nas empresas autoras da ação é de R\$ 1,5 bilhão. Como o governo enfrenta uma situação fiscal delicada, dificilmente o Tesouro teria recursos para pagar este montante, que provavelmente seria bancado pelos consumidores no caso de uma liminar favorável. "No fundo, os grandes consumidores estão tentando se livrar da parcela que é cabível a eles. Não estão defendendo todos os consumidores, até porque eles vão pagar de qualquer maneira, como consumidores ou como contribuintes", disse o advogado Orlando Magalhães Maia Neto, do escritório Ayres Britto, que representa a Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate). A associação ainda não é parte do processo, mas tem interesse direto na causa, uma vez que o recebimento das indenizações pode ser prejudicado por uma eventual decisão judicial. Um dos argumentos do processo é que as indenizações não se referem ao serviço público que é prestado pelas transmissoras de energia. Dessa forma, não se pode financiar a despesa por meio da tarifa, que é cobrada de todos os consumidores de energia. A visão de Neto, porém, é outra. "É a amortização de investimentos que foram feitos e que se converteram em serviços prestados aos consumidores", disse. "Essa judicialização traz uma insegurança grande para o setor", disse ele., explicando que, se uma liminar for concedida, precisarão ser anulados reajustes tarifários já concedidos que consideram os pagamentos, como o da Energisa Borborema. Na visão de Lucien Belmonte, superintendente da Abividro, a cobrança de todos os consumidores "carece de razoabilidade e legalidade", uma vez que não se pode fazer toda a sociedade pagar uma conta dessa magnitude. A dimensão do valor cobrado também é questionada pelos consumidores. "O custo de reposição daria para comprar de 70% a 80% do parque de transmissão do país", disse Belmonte. No processo, os consumidores apontam que as economias resultantes da MP 579 chegaram a R\$ 25,5 bilhões, segundo cálculos da própria Aneel. "Mesmo que esses R\$ 25,5 bilhões supostamente economizados fossem corrigidos pela taxa Selic até julho de 2017, [...] esse valor não alcançaria o

patamar de R\$ 30 bilhões, ou seja, os benefícios proporcionados ficariam ainda muito aquém dos custos imputado", diz o texto do processo da Abrace. Essa informação também é rebatida pelas transmissoras. Segundo Neto, se não houvesse a renovação antecipada dos contratos em 2012, as concessões iriam até 2015, quando seriam apurados os ativos não amortizados. "Uma regra fundamental é que, em uma concessão, todo ativo empregado deve ser amortizado. Então, a conta chegaria em 2015", explicou. Estimativas da Abrate indicam que essa conta corresponderia a cerca de R\$ 40 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto

Título: Leniência fracassa e Engevix deve ser declarada inidônea

Caso está sob a relatoria do ministro do TCU, Bruno Dantas, responsável por processos referentes à usina de Angra 3.

Naufragou o acordo de leniência que estava sendo negociado entre a Engevix e o Ministério da Transparência (antiga CGU). Diante disso, a empreiteira fundada em 1965 deverá receber em breve o temido selo de inidoneidade e se juntar ao grupo do qual já fazem parte outras empresas investigadas pela Operação Lava-Jato, como Mendes Júnior, Queiroz Galvão, Techint e UTC. A definição do destino do acordo está atualmente nas mãos da Advocacia-Geral da União (AGU), que deve se posicionar em breve sobre o encerramento das negociações. Outra empreiteira que também não entrou em entendimento com o governo federal foi a OAS, que deve receber a mesma sentença. Empresas declaradas inidôneas ficam proibidas de disputar obras públicas por até cinco anos.

Quando a negociação da leniência não prospera, a CGU abre um processo de responsabilização da empresa, cujo curso natural é a inidoneidade. A Mendes Júnior foi a primeira entre as empresas da Lava-Jato a receber o selo, o que aconteceu em abril do ano passado. O caso da OAS é parecido, mas a empreiteira baiana ainda não recebeu a declaração. A situação da Engevix é duplamente complicada. Além dos problemas na negociação do acordo de leniência com a CGU, a empresa será declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que está finalizando um processo sobre fraudes em contratos de elaboração de projetos em Angra 3. O caso está sob relatoria do ministro Bruno Dantas. Anteontem, o TCU declarou inidôneas quatro empreiteiras acusadas de fraudar a licitação para a montagem eletromecânica da usina: Queiroz Galvão, Techint, UTC e Empresa Brasileira de Engenharia. No caso da Engevix, o problema está no contrato para a elaboração dos projetos de engenharia. A investigação apontou direcionamento da licitação em favor da empreiteira. Segundo o Valor apurou, as equipes de auditoria do TCU concluíram que o formato da

concorrência foi feito para beneficiar a Engevix. Os critérios da licitação eram baseados em uma combinação entre capacidade técnica e menor preço. Como não tinha preços competitivos, a empreiteira recebeu uma grande pontuação para a capacidade técnica, abocanhando sozinha vários contratos para a realização dos projetos de engenharia. A falta de entendimento entre os órgãos federais acentua o problema. Se uma empresa receber o selo de inidoneidade do TCU, por exemplo, um eventual acordo de leniência com a CGU poderia se tornar inócuo, já que ela permaneceria proibida de contratar com o poder público. Na decisão de quarta-feira, o TCU poupou as empresas que têm acordo com o Ministério Público Federal (MPF), em um primeiro sinal de avanço no entrosamento institucional. Do outro lado, contudo, CGU e AGU seguem trabalhando em seus próprios acordos. A declaração de inidoneidade pode representar mais um duro golpe para a Engevix, que atuou em empreendimentos grandiosos no país, como o metrô de São Paulo, as concessões de aeroportos e as usinas de Angra 3 e Belo Monte, entre vários outros. A descoberta do esquema em Angra 3 marcou o início da derrocada da companhia. Dois dos seus sócios foram presos e condenados em primeira instância pelo juiz federal Sérgio Moro. Em dificuldades financeiras, a Engevix vem se desfazendo de ativos importantes, como as participações nos aeroportos de Brasília e São Gonçalo do Amarante (RN) e a empresa de energias renováveis Desenvix. Tenta, ainda, vender outros, como a usina hidrelétrica São Roque, em Santa Catarina. Braço do grupo na área naval, a Ecovix entrou recentemente em recuperação judicial. Até mesmo a página da empresa na internet está fora do ar. Procurada, a empresa informou, por meio de sua assessoria, que acredita no fechamento do acordo de leniência com a CGU e que mantém tratativas com o Ministério Público. Negou ainda a existência de qualquer direcionamento na licitação de Angra 3.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Cade pede intervenção no consórcio Gemini

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) entrou com um pedido de intervenção na Petrobras e White Martins, sócias no consórcio Gemini. A Procuradoria Federal Especializada junto ao órgão antitruste acatou o pedido e ingressou na Justiça Federal para que sejam executadas as multas e cumprida a decisão que obrigou as duas empresas a fecharem um novo contrato de fornecimento de gás natural, a preços de mercado, para a unidade de liquefação de Paulínia (SP). Caso a medida seja novamente descumprida, um interventor será nomeado. A determinação do Cade começou a valer em junho de 2015, por meio de uma medida preventiva, mas nunca foi cumprida. O assunto foi parar no Superior Tribunal de Justiça, cuja Corte Especial, em dezembro passado, ratificou o entendimento do órgão antitruste, que por sua vez já julgou o processo

administrativo no mérito e manteve o entendimento de que as companhias adotaram conduta discriminatória no fornecimento de gás natural à unidade de gás natural liquefeito (GNL).

Por terem praticado atos anticoncorrencias, Petrobras e White Martins foram condenadas pelo Cade a pagar multas de R\$ 15,26 milhões e R\$ 6,21 milhões, respectivamente. Os integrantes do consórcio também foram multados em R\$ 1 milhão por terem descumprido a medida preventiva ao longo do todo o ano de 2016. Nos bastidores, comenta-se que a estatal já não tem mais interesse em manter a sociedade. Procurada, a companhia afirmou que está de acordo com a decisão proferida pelo Cade e que já enviou à White Martins proposta de contrato. A estatal disse que o órgão antitruste está informado a respeito das negociações para o cumprimento da decisão do órgão e que a Petrobras acredita ser desnecessária uma intervenção judicial direta. Pelo contrato original, válido até 2024, a estatal não vende o gás, e sim fornece a matéria-prima a título de contribuição consorcial. Dona de 60% do consórcio, a White Martins entrou no projeto com investimentos de US\$ 50 milhões na construção de uma unidade de liquefação e, como contrapartida, a Petrobras (40%) entrou com fornecimento do gás. Em sua defesa, no Cade, o Gemini alegou que a medida contraria o princípio de segurança jurídica. Procurada, a White Martins informou que não comenta assuntos que estão em juízo. Já a Comgás, autora da representação no Cade, preferiu não comentar o assunto.

MME / ASCOM .